



Educação em Evidência

Estado da Arte das teses e dissertações sobre o financiamento da educação básica (2007-2024)

Referente ao Produto 1 da Meta 3 do
TED IPEA/MEC nº 15.303

Número 2
Agosto, 2025

Sumário Executivo

- Foram analisadas 614 teses e dissertações sobre o financiamento da educação básica, produzidas entre 2007 e 2024, a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- A produção sobre o tema cresce a partir de 2018, com o aumento do volume de textos em 2022-2023 – possivelmente influenciado pela aprovação do novo Fundeb e pela demanda represada da pandemia.
- 57,5% dos trabalhos (353) estão presentes em quatro categorias: Fundeb; Programas para a Educação Básica; Financiamento e Qualidade; e Análise do Financiamento da Educação Básica.
- Temas emergentes: políticas de austeridade, financiamento e desigualdades, controle do financiamento, análise da produção acadêmica, e destinação de recursos públicos à iniciativa privada.
- Lacunas: estudos sobre custos educacionais, efeitos das políticas de austeridade, novos mecanismos redistributivos do Fundeb permanente e impactos do Custo Aluno Qualidade (CAQ) na melhoria das condições de qualidade.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) preceitua a educação como dever do Estado. Nesse sentido, o texto constitucional consagra garantias que estabelecem o acesso à escolarização e as condições dessa oferta – o que demanda a formulação de políticas públicas, que somente podem ser realizadas pela alocação de recursos públicos.

O financiamento educacional, portanto, ocupa centralidade na implementação das políticas educacionais, passando a compor importante pauta de pesquisa.

Trabalhos anteriores desenvolvidos no âmbito da produção discente - em teses e dissertações - e em periódicos acadêmicos demonstram uma agenda de investigação em torno do financiamento, focando nas suas relações com a gestão educacional, com a remuneração do magistério, com a qualidade da alocação dos recursos, com as políticas de fundos ou mesmo com os resultados educacionais. Contudo, não foram encontrados estudos voltados ao desenvolvimento de uma revisão da literatura de forma mais abrangente.

A pesquisa em questão tem como objetivo apresentar o Estado da Arte de teses e dissertações sobre financiamento da educação básica no Brasil, produzidas entre 2007 e 2024. O trabalho se justifica pela ausência de levantamentos com essa amplitude, baseadas em produções dos Programas de Pós-Graduação do país.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de teses e dissertações produzidas no Brasil entre 2007 e 2024, para a constituição de um Estado da Arte. O recorte concentra-se na produção discente dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, com foco em trabalhos sobre o financiamento da educação básica no período citado.

O recorte temporal tem início com a vigência do Fundeb transitório, marco da função redistributiva e supletiva da União, ainda que insuficiente para garantir equidade entre os entes federados. A pesquisa busca identificar como e em que medida o tema passa a ser abordado academicamente, oferecendo subsídios sobre os efeitos das diferentes fontes de financiamento educacional.

Os dados foram extraídos do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, resultando em um banco de 614 trabalhos. Após a análise de títulos e resumos, os textos foram agrupados em categorias temáticas, sendo cada trabalho vinculado a apenas uma categoria.

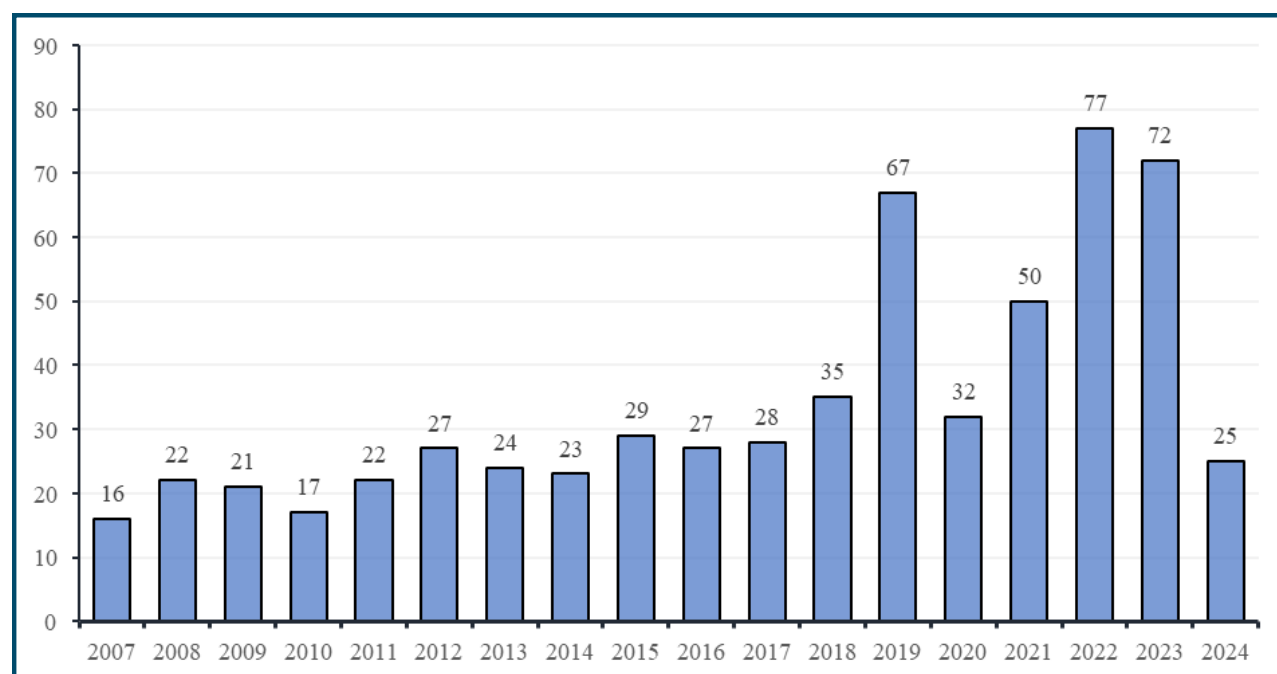
O ESTADO DA ARTE

O **Gráfico 1** mostra que a pesquisa sobre financiamento da educação básica nos programas de pós-graduação no Brasil se intensifica a partir de 2018 e 2019, possivelmente pela aproximação do fim da vigência do Fundeb transitório e da neces-

cidade de discutir novas formas de financiamento. Apenas 32,7% dos trabalhos (201) foram produzidos na primeira metade do período de análise, ou seja, até 2015.

A queda nas produções em 2020 e 2021 pode estar relacionada à redução de titulações durante a pandemia de Covid-19, o que pode ter impulsionado o aumento de textos em 2022 e 2023, diante da redução observada em 2024. Além disso, a aprovação do Fundeb permanente, em 2020, também pode ter influenciado o crescimento da produção acadêmica no período.

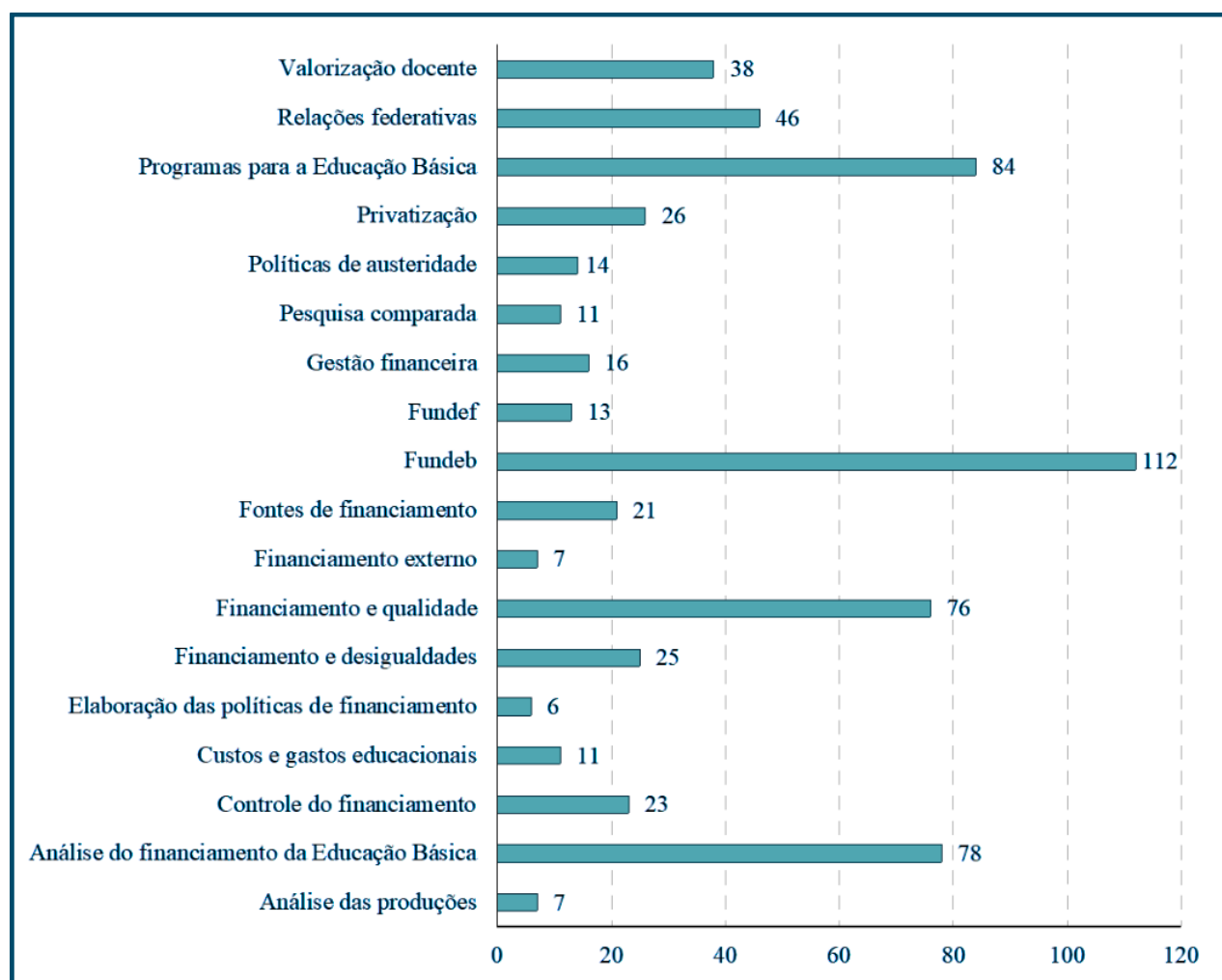
Gráfico 1 – Distribuição temporal das teses e dissertações sobre financiamento da educação básica (2007-2024)



Fonte: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

O **Gráfico 2** mostra a distribuição dos trabalhos por categoria, sendo que 57,5% dos trabalhos (353) concentram-se em quatro delas: Fundeb; Programas para a Educação Básica; Financiamento e Qualidade; e Análise do Financiamento da Educação Básica.

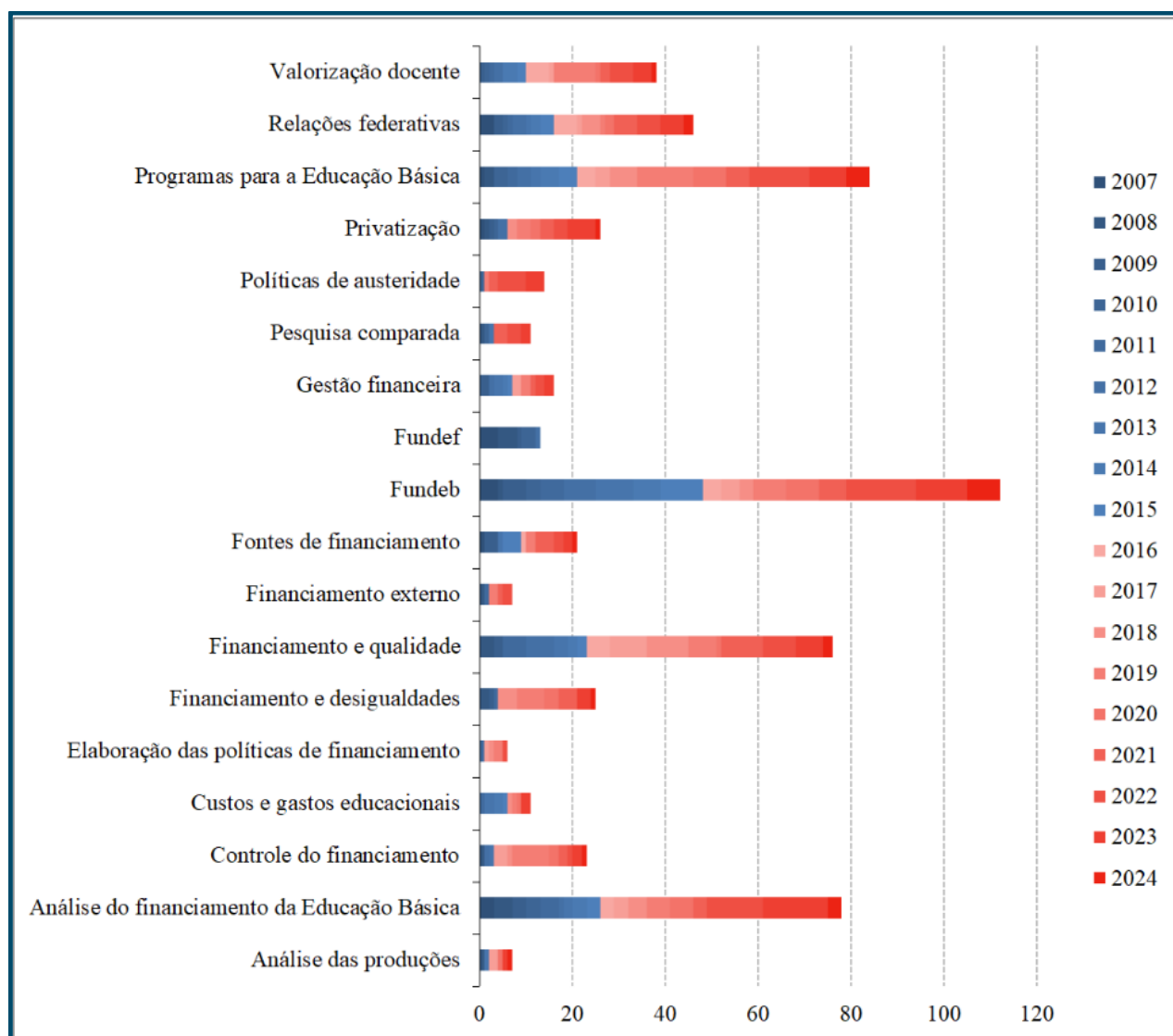
Gráfico 2 – Trabalhos de acordo com as categorias temáticas



Fonte: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

O **Gráfico 3** indica a distribuição dos trabalhos, por categoria, ao longo do tempo. A maior parte da produção concentra-se a partir de 2016, destacada em tons de vermelho. Apenas os trabalhos na categoria Fundef foram produzidos nos primeiros anos do recorte temporal. As demais categorias distribuem-se ao longo de todo o período de análise, com destaque para as quatro com maior número de trabalhos. Contudo, nota-se que temas como políticas de austeridade, financiamento e desigualdades, controle do financiamento e análise das produções se concentram nos anos mais recentes, indicando sua incorporação à agenda da pesquisa sobre financiamento da educação básica.

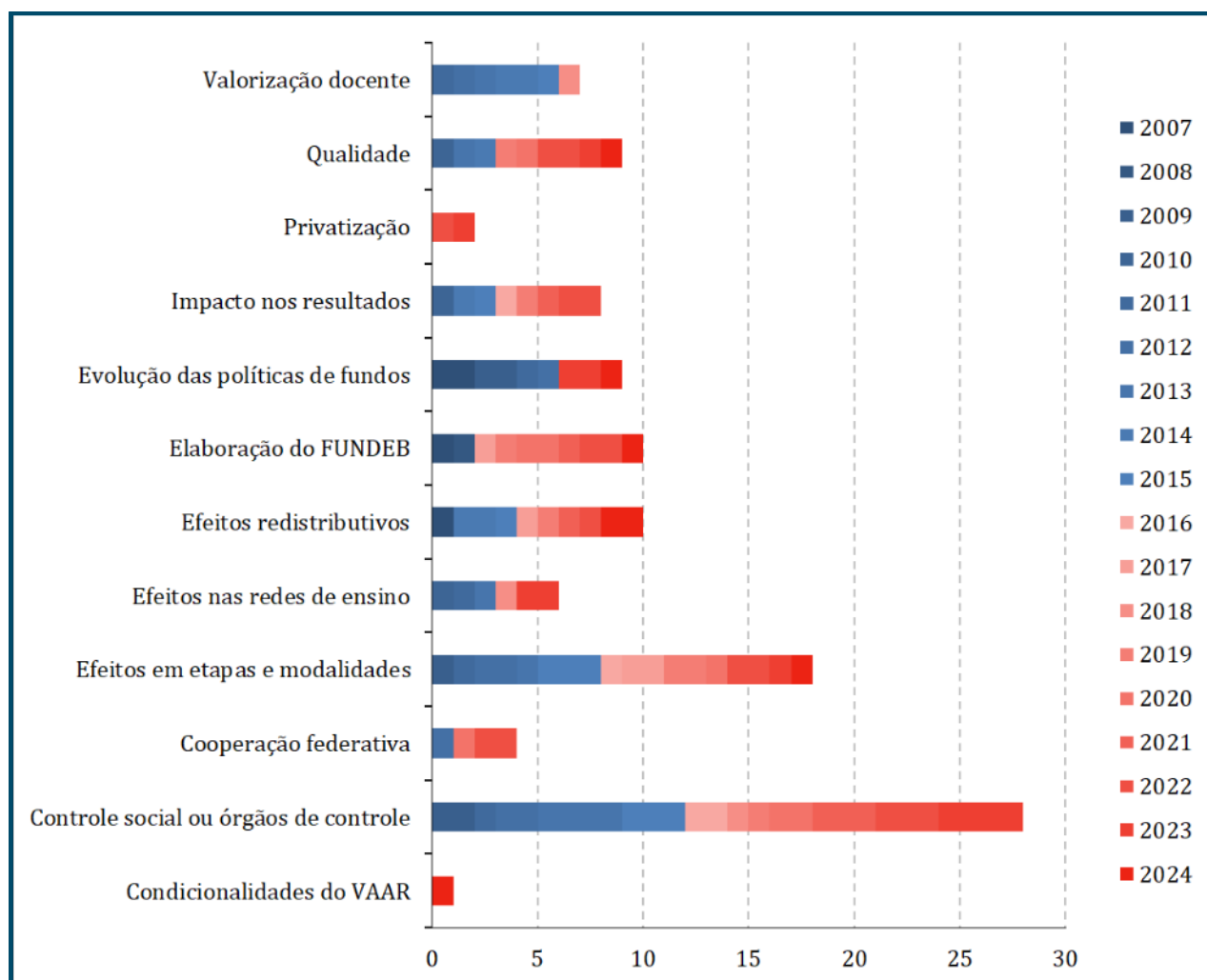
Gráfico 3 – Trabalhos de acordo com as categorias temáticas produzidos em cada ano do recorte temporal (2007-2025)



Fonte: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

O **Gráfico 4** apresenta os trabalhos da categoria Fundeb organizados em subcategorias. Observa-se forte interesse no controle da política e seus efeitos nas etapas e modalidades educacionais, presente ao longo de todo o período analisado. Estudos sobre valorização docente e elaboração das políticas de fundos são mais frequentes até 2015, com redução posterior. Por outro lado, temas como Qualidade, Impactos nos Resultados, Elaboração do Fundeb e Cooperação Federativa ganham destaque nos anos mais recentes, enquanto os trabalhos sobre financiamento da iniciativa privada com recursos do Fundeb surgem apenas nos últimos anos do recorte.

Gráfico 4 – Subcategorias das teses e dissertações sobre o Fundeb (2007-2024)



Fonte: Elaboração própria com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Trabalhos que atendam a interesses manifestados pela SEB/MEC

Para atender a um dos produtos previstos na parceria entre IPEA e MEC, os resumos foram analisados com foco em questões específicas.

1. Evolução do financiamento da educação básica ao longo do tempo: Doze trabalhos avaliam o comportamento do financiamento durante os anos investigados. Destes, sete trabalhos olham para a evolução de recursos no âmbito do Fundeb em particular.

2. Prospecção de novos mecanismos de financiamento: Sete trabalhos discutem novos mecanismos. Um analisa o uso do IPTU; dois tratam das emendas parlamentares; um aborda a captação de recursos da iniciativa privada para a educação profissional; outro propõe o uso da reserva global de reversão de energia

elétrica; um analisa o potencial de destinação de royalties de recursos não renováveis (como o petróleo, minerais e hídricos); e um sugere medidas como a ampliação da arrecadação, redução da elisão fiscal, uso de receitas do pré-sal e diminuição dos juros. Dois trabalhos discutem o ICMS educacional, não como nova fonte, mas como mecanismo de redistribuição. Cinco produções analisam parâmetros como o CAQ e o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), discutindo a suficiência dos recursos para garantir educação de qualidade.

3. Financiamento da educação infantil: Quarenta e nove trabalhos tratam do financiamento desta etapa educacional, abordando desde a ampliação da oferta, o conveniamento, até a capacidade de financiamento pelos municípios.

4. Efeitos do financiamento sobre os resultados educacionais: Sessenta e nove trabalhos analisam os resultados da avaliação de proficiência dos estudantes, olhando principalmente para a eficácia da alocação dos recursos em virtude do desempenho em avaliações em larga escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção acadêmica em teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil no período entre 2007 e 2024, permitiu identificar a existência de uma amplitude nos temas investigados no âmbito do financiamento da educação, que perpassa desde a elaboração das políticas, sua implementação, efeitos e inclusive análise das produções acadêmicas.

As discussões sobre custos educacionais e políticas de austeridade ainda são incipientes e demandam maior investigação, constituindo-se em lacunas da produção. Poucos estudos abordam os novos mecanismos de distribuição do Fundeb permanente, possivelmente por estarem em fase de implementação. No entanto, dada a revisão dos critérios de complementação da União prevista para o sexto ano de vigência do plano, e sua reavaliação a cada dez anos, conforme o art. 60-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF/88, pesquisas que avaliem a efetividade da política e a dependência das redes para manter seus sistemas são relevantes. Igualmente, pesquisas sobre os impactos da implementação do CAQ nas condições de qualidade podem subsidiar decisões políticas para sua regulamentação.

Ficha Técnica

Coordenação: Adriano Souza Senkevics

Equipe: Barbara Cristina Hanauer Taporosky

Imagem da capa: gerada por inteligência artificial (OpenAI – ChatGPT, DALL·E), 2025.